

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	16.083
Preferenciais	14.842
<b>Total</b>	<b>30.925</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	509
<b>Total</b>	<b>509</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	125.198	115.180
1.01	Ativo Circulante	26.461	28.663
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.470	8.572
1.01.03.01.01	Clientes	74.053	82.054
1.01.03.01.02	Provisão para devedores Duvidosos	-74.053	-82.054
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.727	19.797
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.727	19.797
1.01.06.01.01	Pis a Compensar	8.941	8.954
1.01.06.01.02	Cofins a Compensar	7.507	7.564
1.01.06.01.03	Imposto Renda Retido na Fonte	3.279	3.279
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	264	294
1.01.08.03	Outros	264	294
1.01.08.03.01	Aluguel a Receber	221	244
1.01.08.03.02	Outros Créditos	43	50
1.02	Ativo Não Circulante	98.737	86.517
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	86.441	71.690
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	17.358	15.768
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	17.358	15.768
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	69.083	55.922
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	69.083	55.922
1.02.02	Investimentos	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.03	Imobilizado	12.295	14.826
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.295	14.826

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	125.198	115.180
2.01	Passivo Circulante	7.701.657	7.669.911
2.01.02	Fornecedores	14	26
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14	26
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.342	23.711
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	110	114
2.01.03.01.02	Imposto Renda Fonte	37	39
2.01.03.01.03	INSS Fonte	73	72
2.01.03.01.04	PIS / COFINS / CSSL Retidos	0	3
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	24.232	23.597
2.01.03.02.01	ICMS	24.232	23.597
2.01.05	Outras Obrigações	7.677.301	7.646.174
2.01.05.02	Outros	7.677.301	7.646.174
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.461.537	6.461.627
2.01.05.02.05	Obrigações com Quirografários- Partes Relacionadas	1.507	1.417
2.01.05.02.06	Provisão Passivo a Descoberto em Investidas	1.208.013	1.177.948
2.01.05.02.07	Processos Trabalhistas	1.993	1.993
2.01.05.02.08	Aluguel	1.831	1.835
2.01.05.02.09	Reservas Previdenciárias	683	671
2.01.05.02.10	Créditos Coobrigados	610	610
2.01.05.02.11	Outras Contas	1.127	73
2.02	Passivo Não Circulante	272.273	271.723
2.02.02	Outras Obrigações	97.343	96.796
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	144	144
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	144	144
2.02.02.02	Outros	97.199	96.652
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	97.199	96.652
2.02.04	Provisões	174.930	174.927
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	174.841	174.841
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	143.717	143.717
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.129	29.129
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.995	1.995
2.02.04.02	Outras Provisões	89	86
2.02.04.02.05	Provisão Acionistas Minoritários	89	86
2.03	Patrimônio Líquido	-7.848.732	-7.826.454
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.124.239	-8.102.557
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.829	10.425

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	978	1.518
3.03	Resultado Bruto	978	1.518
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.954	-28.341
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.656	-28.341
3.04.02.01	Despesas Gerais	-10.634	-1.001
3.04.02.02	Provisão Perda nas Investidas	-14.022	-27.340
3.04.02.03	Reversão de Provisão Devedores Duvidosos	8.000	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.702	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.976	-26.823
3.06	Resultado Financeiro	-1.260	-207.459
3.06.01	Receitas Financeiras	1	77
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.261	-207.536
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.236	-234.282
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.236	-234.282
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.236	-234.282
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,20000	-7,58000
3.99.01.02	PN	-0,20000	-7,58000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.236	-234.282
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-16.638	2.430
4.02.01	Realização da Reserva Reavaliação	-596	62
4.02.02	Ajuste de Conversão	-16.042	2.368
4.03	Resultado Abrangente do Período	-22.874	-231.852

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.072	-1.607
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.140	231.584
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	72	189
6.01.01.02	Provisão p/ Contingências	3	1
6.01.01.03	Provisão para Perdas em Investimentos	30.065	24.971
6.01.01.04	Encargos Dívida Quirográfica	0	206.423
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.832	1.091
6.01.02.01	Aumento ( Redução) em Impostos a Recuperar	70	125
6.01.02.03	Aumento ( Redução) em Outros Ativos	31	-3
6.01.02.04	Aumento ( Redução) Dep. Judiciais	-13.161	-1
6.01.02.06	Aumento ( Redução) Obrig. Fiscais Tributárias	1.178	1.028
6.01.02.07	Aumento ( Redução) Fornecedores	-12	-13
6.01.02.11	Aumento ( Redução) Reservas Previdenciárias	13	11
6.01.02.14	Aumento ( Redução) em Outras Obrigações	1.049	-56
6.01.03	Outros	-6.236	-234.282
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Trimestre	-6.236	-234.282
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.458	0
6.02.02	Baixas do Ativo Imobilizado	2.458	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.632	1.607
6.03.01	Varição Mútulo Parte Relacionada	-1.590	-761
6.03.02	Ajustes de Conversão	-16.042	2.368
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.102	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.572	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.470	0

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	268.100	2.368	-4.790	-8.088.809	-3.323	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	2.368	-4.790	-8.088.809	-3.323	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.236	-16.042	-22.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.236	0	-6.236
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.042	-16.042
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-16.042	-16.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	596	-596	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	596	-596	0
5.07	Saldos Finais	268.100	2.368	-4.790	-8.094.449	-19.961	-7.848.732



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-4.790	2.368	-8.212.423	18.581	-7.928.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-4.790	2.368	-8.212.423	18.581	-7.928.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-231.914	0	-231.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-234.282	0	-234.282
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.368	0	2.368
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	2.368	0	2.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	62	-62	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	62	-62	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-4.790	2.368	-8.444.275	18.519	-8.160.078

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
7.01	Receitas	11.780	1.673
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.078	1.673
7.01.02	Outras Receitas	10.702	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-207	-209
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-207	-209
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.573	1.464
7.04	Retenções	-72	-189
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72	-189
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.501	1.275
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-14.021	-27.262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.520	-25.987
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.520	-25.987
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.412	665
7.08.02.01	Federais	2.411	664
7.08.02.03	Municipais	1	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.304	207.630
7.08.03.01	Juros	700	207.027
7.08.03.02	Aluguéis	604	603
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.236	-234.282
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.236	-234.282

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	125.178	126.130
1.01	Ativo Circulante	34.366	45.339
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.843	14.033
1.01.03	Contas a Receber	1.389	6.090
1.01.03.01	Clientes	1.389	6.090
1.01.04	Estoques	5.610	4.813
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.067	20.029
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.067	20.029
1.01.07	Despesas Antecipadas	120	0
1.01.07.01	IPTU	120	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	337	374
1.01.08.03	Outros	337	374
1.01.08.03.02	Outros Créditos	337	374
1.02	Ativo Não Circulante	90.812	80.791
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	76.002	63.274
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.707	3.141
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	2.707	3.141
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	73.295	60.133
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	73.295	60.133
1.02.02	Investimentos	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1
1.02.03	Imobilizado	14.293	16.954
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.293	16.954
1.02.04	Intangível	516	562
1.02.04.01	Intangíveis	516	562

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	125.178	126.130
2.01	Passivo Circulante	7.087.784	7.068.980
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.587	12.794
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.159	11.335
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.428	1.459
2.01.02	Fornecedores	6.235	11.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.235	11.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	90.665	86.870
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.288	6.792
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	8.288	6.792
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	82.318	80.010
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	59	68
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	504.998	485.434
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	128.751	115.664
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	128.751	115.664
2.01.04.02	Debêntures	376.247	369.770
2.01.05	Outras Obrigações	6.473.299	6.472.353
2.01.05.02	Outros	6.473.299	6.472.353
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.461.537	6.461.627
2.01.05.02.05	Obrigações com Quirografários Partes Relacionadas	1.507	1.417
2.01.05.02.06	Aluguel	2.069	2.009
2.01.05.02.07	Seguros	3.536	3.469
2.01.05.02.08	Outras Contas	4.650	3.831
2.02	Passivo Não Circulante	886.126	883.604
2.02.02	Outras Obrigações	142.925	142.652
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.811	13.952
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	13.811	13.952
2.02.02.02	Outros	129.114	128.700
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	129.114	128.700
2.02.04	Provisões	743.201	740.952
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	743.201	740.952
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	698.796	696.547
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	40.900	40.900
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.505	3.505
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-7.848.732	-7.826.454
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.094.448	-8.088.808
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.829	10.425
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-29.791	-13.749

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.390	8.581
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.273	-4.774
3.03	Resultado Bruto	4.117	3.807
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-673	-9.147
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.532	-2.626
3.04.01.01	Pessoal	-2.215	-1.642
3.04.01.02	Aluguel	-608	-419
3.04.01.03	Marketing	-158	-173
3.04.01.04	Serviços Profissionais	-135	-97
3.04.01.05	Utilidades e Serviços	-112	-42
3.04.01.06	Tributos e Contribuições	-50	-84
3.04.01.07	Despesas Gerais	-254	-169
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.839	-6.623
3.04.02.01	Pessoal	-3.487	-970
3.04.02.02	Aluguel	-812	-650
3.04.02.03	Serviços Profissionais	-952	-921
3.04.02.04	Tributos e Contribuições	-160	-92
3.04.02.05	Depreciações / Amortizações	-278	-294
3.04.02.06	Outras	-208	-175
3.04.02.07	Contingências Fiscais	-2.249	-3.521
3.04.02.08	Contingências Trabalhistas	307	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.160	102
3.04.04.01	Venda de Imobilizado	13.160	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.462	0
3.04.05.01	Perda nas alienações do imobilizado	-2.462	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.444	-5.340
3.06	Resultado Financeiro	-9.680	-228.942
3.06.01	Receitas Financeiras	4	1.150
3.06.01.01	Mútuo,	0	76
3.06.01.02	Aplicações Financeiras	0	7
3.06.01.03	Variação Monetária	0	1.063
3.06.01.04	Juros	4	4
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.684	-230.092
3.06.02.01	Encargos Concordata	0	-206.423
3.06.02.02	Variação Monetária	-2.436	0
3.06.02.03	Juros	-326	-17.219
3.06.02.04	Atualização Debêntures	-6.477	-5.937
3.06.02.05	Variação Cambial Líquida	701	1.340
3.06.02.06	Encargos Refis - Lei 11.941/2009	-868	-1.249
3.06.02.07	Outras	-278	-604
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.236	-234.282
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.236	-234.282
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-6.236	-234.282
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.236	-234.282
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,20000	-7,58000
3.99.01.02	PN	-0,20000	-7,58000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-6.236	-234.282
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-16.638	2.430
4.02.01	Realização da Reserva Reavaliação	-596	62
4.02.02	Ajuste de Conversão	-16.042	2.368
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-22.874	-231.852
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-22.874	-231.852

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.131	-5.958
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.091	217.311
6.01.01.01	Encargos da Dívida Quirografária	0	206.423
6.01.01.02	Atualização Saldo Financiamentos	9.236	-917
6.01.01.03	Atualização Títulos a Pagar	3.851	2.101
6.01.01.04	Atualização Debêntures	6.477	5.937
6.01.01.05	Provisão para Contingências	2.249	3.473
6.01.01.06	Depreciação / Amortização	278	294
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.724	11.013
6.01.02.01	Aumento ( Redução) Contas a Receber Clientes	4.701	3.522
6.01.02.02	Aumento (Redução) Impostos a Recuperar	-38	-97
6.01.02.03	Aumento ( Redução) nos Estoques	-797	-635
6.01.02.04	Aumento ( Redução) em Outros Ativos e Aluguel Rec.	38	-524
6.01.02.05	Aumento ( Redução) Depósitos Judiciais	-13.162	-3
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-5.294	-3.384
6.01.02.07	Aumento (Redução) Obrig. Fiscais e Sociais	4.002	12.220
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Despesas Antecipadas	-120	0
6.01.02.09	Aumento (Redução) nas Reservas Previdenciárias	24	11
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Outras Contas Pagar	922	-97
6.01.03	Outros	-6.236	-234.282
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Trimestre	-6.236	-234.282
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.428	-27
6.02.01	Aumento no Ativo Imobilizado	-35	-41
6.02.02	Baixa do Ativo Imobilizado	2.463	14
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.749	1.972
6.03.01	Variação no Mútuo com Partes Relacionadas	293	-396
6.03.02	Ajuste de Conversão	-16.042	2.368
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.190	-4.013
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.033	4.454
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.843	441



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	2.368	-4.790	-8.088.809	-3.323	-7.826.454	0	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	2.368	-4.790	-8.088.809	-3.323	-7.826.454	0	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.236	-16.042	-22.278	0	-22.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.236	0	-6.236	0	-6.236
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.042	-16.042	0	-16.042
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-16.042	-16.042	0	-16.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	596	-596	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	596	-596	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	2.368	-4.790	-8.094.449	-19.961	-7.848.732	0	-7.848.732

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-4.790	2.368	-8.212.423	18.581	-7.928.164	0	-7.928.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-4.790	2.368	-8.212.423	18.581	-7.928.164	0	-7.928.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-231.914	0	-231.914	0	-231.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-234.282	0	-234.282	0	-234.282
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.368	0	2.368	0	2.368
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	2.368	0	2.368	0	2.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	62	-62	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	62	-62	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-4.790	2.368	-8.444.275	18.519	-8.160.078	0	-8.160.078

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
7.01	Receitas	22.161	10.761
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.464	10.660
7.01.02	Outras Receitas	10.697	101
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.300	-6.533
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.273	-4.774
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.027	-1.759
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.861	4.228
7.04	Retenções	-278	-294
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-278	-294
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.583	3.934
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.386	1.071
7.06.02	Receitas Financeiras	11.386	1.071
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.969	5.005
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.969	5.005
7.08.01	Pessoal	3.664	2.390
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.258	2.027
7.08.01.02	Benefícios	237	221
7.08.01.03	F.G.T.S.	169	142
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.864	7.065
7.08.02.01	Federais	5.912	6.044
7.08.02.02	Estaduais	949	1.015
7.08.02.03	Municipais	3	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.677	229.832
7.08.03.01	Juros	20.198	228.765
7.08.03.02	Aluguéis	1.479	1.067
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.236	-234.282
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.236	-234.282

## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Lojas Arapuã S/A** – “em recuperação judicial”, apresenta os resultados do trimestre findo em 31 de março de 2015.

#### Informações sobre o processo de Recuperação Judicial:

A Assembléia Geral dos Credores, realizada em 16/12/2011, aprovou por maioria, o plano de recuperação judicial de Lojas Arapuã, que foi homologado em 05/03/2012. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/14 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 04.09.14.

Em julho de 2012 iniciamos as vendas dos imóveis previstos no Plano de Recuperação Judicial, através de leilões realizadas com autorização judicial.

Em dezembro de 2014 iniciamos os pagamentos aos credores trabalhistas com créditos até R\$ 45 mil e nos próximos meses pretendemos efetuar os pagamentos a todos os credores dessa classe, estando na dependência apenas dos trâmites para liberação dos recursos pelo juízo da Recuperação Judicial.

Brevemente pretendemos também efetuar o pagamento aos credores da classe quirografária, nos termos aprovados no plano de Recuperação Judicial, tendo sido já peticionado ao juiz da Recuperação Judicial solicitando a liberação dos recursos.

#### Desempenho Operacional:

##### Lojas Arapuã S/A – “em Recuperação Judicial”:

No trimestre , a receita operacional líquida da companhia foi de R\$ 978 mil. O resultado líquido contábil individual e consolidado foi de R\$ (6.236) mil.

#### CONTROLADA - Novelty Modas S.A

A Companhia opera no ramo de modas para o público feminino, masculino e infanto-juvenil, com 12 lojas localizadas nos estados de São Paulo (região da Grande São Paulo) e Minas Gerais (região da Grande Belo Horizonte) e conhecidas pelo nome fantasia de **Sette Bello Modas**.

## **Comentário do Desempenho**

O faturamento líquido da companhia foi de R\$ 9.045 mil, com crescimento de 17,1% sobre o mesmo período do ano anterior, gerando um lucro bruto de R\$ 3.773 mil, o que representou um crescimento de 27,9% em relação ao mesmo trimestre de 2014, demonstrando claramente a melhoria de produtividade.

As despesas operacionais (comerciais e administrativas) cresceram 5,8% em relação ao mesmo período de 2014. Como consequência dessas melhorias operacionais, o prejuízo apurado no período foi de (R\$ 8.130) mil, menor que (R\$ 17.948) mil do ano anterior.

### **Dividendos Obrigatórios:**

Em função dos passivos a descoberto apresentado pela empresa, não foram distribuídos dividendos conforme previsto no estatuto social.

### **Relacionamento com Auditores Externos:**

A política da empresa junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria externa, está fundamentado nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2.015, a TG&C Auditores Independentes, não foi contratada para outros serviços adicionais das demonstrações financeiras do exercício.

### **Declaração dos Diretores:**

Em observância à Instrução CVM nº 480/09 art. 25 - inc. V e VI os diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2.015.

São Paulo, 08 de maio de 2015.

A Administração.

## Notas Explicativas

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2015.**

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

#### **1. Contexto operacional**

Lojas Arapuã S/A (“Companhia”), fundada em 05/12/1994, é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto, estando com suas operações em bolsa suspensas após o pedido de Concordata Preventiva em 22/06/1998, com sede na Rua Sergipe, 475, 9º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social o comércio por atacado e varejo, desenvolvido em lojas e magazines, compreendendo bens duráveis e de consumo, bem como de importação, exportação e aluguel de bens.

#### **A Recuperação Judicial**

Em 06 de abril de 2009, a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o qual foi indeferido primeiramente e posteriormente, com base em recurso interposto pela Companhia, foi provido o processamento da recuperação judicial em 27 de Outubro de 2009. Contudo, dois credores da companhia opuseram embargos de declaração, que foram acolhidos para esclarecimentos. O desembargador relator determinou a extração da carta de sentença para que a recuperação fosse processada independentemente de recurso contra o acórdão da apelação. Os autos da carta de sentença foram remetidos para o Juízo da 1ª Vara de Falências, que determinou a apresentação de documentação atualizada de Lojas Arapuã S/A.

Em 30/08/2010 foi nomeado o administrador judicial da recuperação, Dr. Afonso Alves Braga (OAB/SP 122.093), com endereço na Av. Nove de Julho nº 3229, 10º andar, conjunto 1001, SP. O edital da lista de credores da Arapuã foi disponibilizado pelo Diário Oficial de Justiça em 07/01/2011.

O plano de recuperação foi apresentado em 03/11/2010 e publicado em 28/02/2011. Como alguns credores opuseram objeção ao plano de recuperação, designou-se a realização da Assembléia Geral de Credores para os dias 19 e 28 de outubro de 2011, em 1ª e 2ª convocação, respectivamente.

Em 17/10/2011, ainda, foi publicada a 2ª lista de credores, em cumprimento ao art. 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/05.

Realizada a 1ª convocação da assembléia, em 19/10/2011, em razão da ausência de quórum, ela não foi instalada. Realizada em 2ª convocação, em 28/10/2011, os credores presentes

## Notas Explicativas

deliberaram, em sua maioria, pela suspensão da assembléia e continuação para o dia 16/12/2011, com o objetivo de realizar alterações no plano de recuperação judicial. A assembléia foi realizada em 16/12/2011, tendo sido aprovado, por maioria, o plano de recuperação das Lojas Arapuã S/A.

Em 05/03/2012 foi publicada a decisão que homologou o plano e concedeu a recuperação judicial das Lojas Arapuã S/A. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/14 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 04/09/14.

Em 19/03/2012 foi requerida autorização judicial para realização de leilão para venda de alguns imóveis previstos no plano, o que restou deferido pelo Juiz. O leilão foi realizado em 04/07/2012 e todos os imóveis desse lote foram vendidos. Posteriormente, foi requerida nova autorização para continuidade do leilão com alguns imóveis, sendo que o Juiz determinou a manifestação do Administrador, o qual, por sua vez, requereu esclarecimentos, devidamente prestados. Como o pedido demorou para ser apreciado, foi apresentada nova manifestação com o cronograma de todos os próximos leilões, o que foi deferido e, assim, foi realizado o primeiro leilão da série em janeiro de 2014. Em abril de 2014 foi realizado o leilão de mais um lote de imóveis, em cumprimento ao plano de recuperação judicial. Outras hastas públicas ocorreram em 12/08/14, 12/11/14 e em 31/03/15. A Companhia peticionou para requerer o levantamento de parte do numerário depositado judicialmente, o que foi deferido e, assim, foi iniciada a fase de pagamento dos credores trabalhistas.

## **2. Apresentação das informações contábeis intermediárias – ITR e principais práticas contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- as informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standard Board – IASB” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias – ITR;

## Notas Explicativas

- as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2014.

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2014”, do dia 13 de março de 2015).

### 2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### 2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



## Notas Explicativas

### 2.2 Base de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas consideram as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas consideradas na consolidação foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas nessas empresas controladas.

Em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as empresas consolidadas são as seguintes:

	Tipo de participação	31/03/2015 Participação no capital - %	31/12/2014 Participação no capital - %
<b>Controladas diretas:</b>			
Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda.	Integral	100	100
Novelty Modas S/A.	Integral	100	100
Arapuã International Investment Corp.	Integral	100	100
Feniciapar S/A.	Integral	99,98	99,98
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda.	Integral	99,90	99,90

**Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda.**, atual denominação de Arapuã Serviços de Administração de Crédito e Cobrança S/C Ltda., constituída na forma de sociedade civil em 15/12/1995. Em 17/04/2007, a sociedade alterou a sua natureza jurídica para sociedade empresarial limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de:

- Organização, planejamento e administração de serviços de crédito e cobrança extrajudicial e serviços afins;
- Administração de contas a pagar e receber;
- Coleta, análise e fornecimento de informações cadastrais; e,
- Fomento ao comércio varejista e atividades correlatas, inclusive os de assessoria e gestão de interesses de terceiros em operações à prazo.

**Novelty Modas S/A.**, atual denominação de Arapuã Comercial S/A, constituída em 17/12/1998, na forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo no início como principais atividades, o comércio varejista de eletrodomésticos e móveis, migrando no início de 2008 para o comércio varejista de roupas.

**Arapuã International Investment Corp.** constituída nas Ilhas Virgens Britânicas em 04/01/1996, como Companhia Internacional, tendo como principais atividades:

- Investir, levantar ou subscrever o capital necessário para promover, estabelecer ou desenvolver empreendimentos e negócios; e

## Notas Explicativas

- Subscrever ou promover a subscrição, comprar, possuir, deter, adquirir por qualquer outro meio e vender, negociar, garantir, ceder, permutar e transferir por qualquer outro meio, ações de capital, créditos, obrigações, valores mobiliários, quotas e qualquer outro título ou documento de qualquer sociedade ou pessoa jurídica privada, pública ou semi-pública e, enquanto for proprietário dos mesmos, possuir e exercer todos os direitos e privilégios correspondentes.

**Feniciapar S/A.**, constituída em 03 de Janeiro de 1994, tendo iniciado suas atividades em março de 1995 e tem por objeto social exclusivo:

- A aquisição de direitos creditórios decorrentes de bens vendidos ou de prestação de serviços realizados pelas Lojas Arapuã S.A., direitos creditórios estes que deverão ainda contar com a coobrigação da Companhia vendedora ou prestadora de serviços; e
- A cessão dos direitos referidos no parágrafo anterior.

**Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda.**, constituída em 27/03/2006, na forma de sociedade empresaria limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de crédito e cobrança amigável, cumulativa e continua de serviços de assessoria creditícia mercadológica, seleção de riscos, administração de contas a pagar e receber, a contratação, em nome próprio, por conta e ordem de terceiros.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas têm o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de:

- Saldos de investimentos e do patrimônio líquido;
- Saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

## Notas Explicativas

### 2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2014:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
No Brasil	Correspondente Internacional	Assunto	
(a) CPC 19 (R2)	IFRS 11	Negócios em conjunto	1º. de janeiro 2016
(b) CPC 27 e CPC 04 (R1)	IAS 16 e IAS 38	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	1º. de janeiro 2016
(c) CPC 33 (R1)	IAS 19	Benefícios a Empregados	1º. de janeiro 2016
(d) CPC 38	IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º. de janeiro 2018
(e) CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1)	IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes	1º. de janeiro 2017

**(a) CPC 19 (R2) / IFRS 11:** As alterações no CPC 19 (R2) / IFRS 11 fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios, bem como aspectos de teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o *goodwill* originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados. Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3.A Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis.

**(b) CPC 27 e CPC 04 (R1)/ IAS 16 e IAS 38:** As alterações no CPC 27 / IAS 16 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações no CPC 04 (R1) / IAS 38 introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita.
- Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

## Notas Explicativas

Atualmente, a Administração da Companhia usa o método linear de depreciação e amortização para os seus ativos imobilizado e intangível respectivamente e acreditam que esse método é o mais apropriado para refletir o consumo de benefícios econômicos inerentes aos respectivos ativos e dessa forma, acreditam que as alterações no CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 (R1) / IAS 38 não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis.

**(c) CPC 33 (R1) / IAS 19:** As alterações no CPC 33 (R1) / IAS 19 esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, quando essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado. Para contribuições que são independentes do número de anos de serviço, a entidade pode escolher entre reconhecer as contribuições como uma redução dos custos do serviço no decorrer do período em que o serviço é prestado, ou atribuí-las ao período de serviços do empregado usando o método de projeção de unidades de crédito. Para as contribuições que dependem do número de anos de serviço, a entidade é requerida a atribuir as contribuições ao período de serviço do empregado. A Administração da companhia acredita que essas alterações no CPC 33 (R1) / IAS 19 não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis.

**(d) CPC 38 / IFRS 9:** IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Instrumentos de dívida mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais do ativo financeiro estabelecendo datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado. A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada não cause efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

**(e) CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1) / IFRS 15:** Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1) / IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou

## Notas Explicativas

promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. A Administração da Companhia entende que a aplicação da IFRS 15 no futuro não causará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

Devem ser divulgados os efeitos que cada um dos pronunciamentos acima trarão para a posição patrimonial e financeira e para o resultado da Companhia. Caso não sejam esperados impactos significativos, isso deve ser declarado. Caso exista a possibilidade de impactos significativos, mas não tenha sido possível levantar esses impactos para fins de divulgação, esse fato deve ser declarado.

### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

#### a) Receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas controladas são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento original de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

#### c) Instrumentos financeiros

Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao “valor justo” por meio do resultado, sendo tais custos diretamente lançados no resultado do

## Notas Explicativas

exercício. Sua mensuração posterior ocorre a cada data do balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

### **d) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa**

São apresentadas pelo valor provável de realização, já deduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas.

### **e) Estoques**

São avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

### **f) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais foram avaliados pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### **g) Imobilizado**

O Imobilizado está demonstrado ao custo histórico para os bens adquiridos a partir de 1º de Janeiro de 1996 e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 para os bens adquiridos até esta data, exceto para os terrenos e edifícios, cujo critério adotado a partir de 01/01/10, foi o de custo atribuído. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens, descritas na nota explicativa nº 9.

### **h) Ajuste ao valor recuperável de ativos (impairment)**

A Administração da Companhia avalia anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### **i) Provisão para contingências**

As provisões foram constituídas frente às obrigações legais existentes ou como resultado de um evento passado, quando é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

### **j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

Os valores de imposto de renda e contribuição social estão sendo apurados na forma prevista na legislação vigente. Não foram constituídos créditos tributários diferidos em função de a Companhia não atender plenamente às premissas estabelecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Notas Explicativas

### **k) Uso de estimativa e julgamentos contábeis**

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, entre outras, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível, determinada pela Administração da Companhia, podem apresentar variações com relação aos dados e valores reais demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

### **l) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuro serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **m) Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos**

A Administração da Companhia não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

### **n) Demonstração do resultado abrangente**

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a Companhia apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes.

### **o) Demonstração dos fluxos de caixa**

A Administração da Companhia apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

### **p) Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são

## Notas Explicativas

apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias de capital aberto.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Disponibilidades em Moeda Nacional	6.470	8.572	6.831	14.021
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	12	12
	<b>6.470</b>	<b>8.572</b>	<b>6.843</b>	<b>14.033</b>

- (a) Este saldo refere-se a liberação judicial de parte dos valores das vendas de imóveis por leilão, onde estão depositados em juízo para o pagamento dos processos trabalhistas.

### 5. Contas a receber de clientes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Contas a Receber de crediarias	74.053	82.054	224.714	228.563
Provisão para devedores duvidosos	(74.053)	(82.054)	(223.325)	(222.473)
	-	-	<b>1.389</b>	<b>6.090</b>

- (a) Foi constituída provisão para perdas com recebíveis na controladora R\$ 74.053 e no consolidado R\$ 222.325, devido a difícil realização. O valor em aberto apresentado no contas a receber de R\$ 1.389 (R\$ 6.090 em 2014) refere-se a controlada Novelty Modas S/A com operadoras de cartões de crédito.



## Notas Explicativas

### 6. Impostos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	168	168
ICMS - Acréscimos Financeiros	-	-	13.417	13.417
Provisão Perdas ICMS	-	-	(13.417)	(13.417)
INSS	-	-	2.518	2.825
Provisão Perdas INSS	-	-	(2.518)	(2.825)
Impostos Federais	3.279	3.279	4.897	4.908
Provisão Impostos Federais	-	-	(2.708)	(2.708)
Pis	8.941	8.954	9.466	9.463
Cofins	7.507	7.564	8.218	8.198
Outros	-	-	26	-
	<b>19.727</b>	<b>19.797</b>	<b>20.067</b>	<b>20.029</b>

### 7. Depósitos judiciais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Arrematação de Imóveis	62.011	48.851	62.011	48.851
Depósitos Restituíveis	6.697	6.697	7.256	7.256
Depósitos para Garantia de Embargos	2.182	2.182	2.390	2.390
Provisão para Perdas Garantia Embargos	(2.182)	(2.182)	(2.182)	(2.182)
Produtos dados em Penhora	-	-	391	391
Provisão para Perdas Produtos dados Penhor	-	-	(391)	(391)
Bloqueios Judiciais	375	374	3.820	3.818
	<b>69.083</b>	<b>55.922</b>	<b>73.295</b>	<b>60.133</b>

- (a) Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial foram efetuadas vendas de parte substancial dos imóveis da Companhia em Leilões realizados em 04/07/2012, 27 e 28/01/2014, 17/04/2014, 09/06/2014, 03/07/2014, 12/08/2014, 12/11/2014 e 31/03/2015, totalizando R\$ 66.659, dos quais R\$ 8.617 foram liberados para pagamentos dos credores trabalhistas.

## Notas Explicativas

### 8. Investimentos

Como parte do plano de reestruturação da Companhia apresentada aos seus credores, foi constituída, em 17/12/1998, a Arapuã Comercial S/A. (hoje denominada Novelty Modas S/A.). O capital dessa empresa é composto por ativos transferidos de Lojas Arapuã S/A., como as benfeitorias feitas em lojas, os pontos comerciais, estoques, bem como os passivos atrelados à operação comercial da Companhia, como fornecedores e obrigações com empregados e sociais.

	Novelty Modas S.A	Bantan Servs. Adm. Créd. e Cobrança Ltda	Samaro Adm. Créd. Cobr. Ltda	Feniciapar S.A	Arapuã International Invest. Corp	Minoritários	Totais
Capital Social	121.738	1	1	35.430	133	1	157.303
Quant. Ações e quotas possuídas (mil)	250.939.042	998	999	88.451	50	-	
Participação %	100	100	99,90	99,98	100	-	
PL (Passivo a descoberto) em 31 de março de 2.015	(726.947)	(1.708)	(1.784)	(436.480)	(81.869)	90	(1.248.698)
Lucro / Prejuízo do período findo em 31 de março de 2.015.	<b>(8.131)</b>	<b>(58)</b>	<b>(56)</b>	<b>(17.162)</b>	<b>11.382</b>	<b>3</b>	<b>(14.022)</b>

Considerando que as investidas apresentam passivo a descoberto, a participação da controladora nesses passivos a descoberto está apresentada no passivo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

## Notas Explicativas

### 9. Imobilizado

	Controladora						
	31/03/2015			31/12/2014			
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	1.951		1.951	3.441		3.441
Terrenos - Lei 11.638		3.765		3.765	4.350		4.350
Edifícios		2.473	(1.958)	515	4.152	(3.192)	960
Edifícios - Lei 11.638		6.897	(833)	6.064	6.855	(780)	6.075
		<b>15.086</b>	<b>(2.791)</b>	<b>12.295</b>	<b>18.798</b>	<b>(3.972)</b>	<b>14.826</b>

	Consolidado						
	31/03/2015			31/12/2014			
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	1.951		1.951	3.441		3.441
Terrenos - Lei 11.638		3.765		3.765	4.350		4.350
Edifícios		2.473	(1.958)	515	4.151	(3.192)	959
Edifícios - Lei 11.638		6.897	(833)	6.064	6.855	(780)	6.075
Benfeitorias em imóveis de terceiros		2.582	(1.430)	1.152	2.579	(1.311)	1.268
Móveis e utensílios		1.695	(1.016)	679	1.697	(986)	711
Equipamentos de informática		1.057	(914)	143	1.064	(914)	150
Instalações		25	(1)	24			
		<b>20.445</b>	<b>(6.152)</b>	<b>14.293</b>	<b>24.137</b>	<b>(7.183)</b>	<b>16.954</b>

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o trimestre findo em 31 de março de 2015:

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>				
	<b>31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31/03/2015</b>
Terrenos	3.441		(1.491)		1.950
Terrenos - Lei 11.638	4.350		(585)		3.765
Edifícios	960	-	(412)	(32)	516
Edifícios - Lei 11.638	6.075	-	29	(40)	6.064
	<b>14.826</b>	<b>-</b>	<b>(2.459)</b>	<b>(72)</b>	<b>12.295</b>

	<b>Controladora</b>				
	<b>31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31/03/2015</b>
Terrenos	3.441		(1.490)		1.951
Terrenos - Lei 11.638	4.350		(585)		3.765
Edifícios	959		(412)	(32)	515
Edifícios - Lei 11.638	6.075		29	(40)	6.064
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.268	3		(119)	1.152
Móveis e utensílios	711	6	(5)	(31)	681
Equipamentos de informática	150			(9)	141
Instalações	-	25		(1)	24
	<b>16.954</b>	<b>34</b>	<b>(2.463)</b>	<b>(232)</b>	<b>14.293</b>

**10. Empréstimo**

Os empréstimos e financiamentos, em nome da controlada Feniciapar S/A., estão vencidos e demonstrados pelo valor do principal, acrescido de juros de 8,25% a.a., calculados de acordo com a renegociação efetuada com os credores, em Assembléia de 10 de Junho de 1999.

	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Fixed-up Rate Notes	51.591	42.355
	<b>51.591</b>	<b>42.355</b>

**11. Títulos a pagar**

Correspondem a Euro-Commercial Paper captados por meio da empresa controlada no exterior Arapuã International Investment Corp., com juros que variam de 9% a 11% ao ano e comissão de 0,5% vencidos em 05/06/1998.

**Notas Explicativas**

	<u>31/03/2015</u>	<u>CONSOLIDADO</u> <u>31/12/2014</u>
Títulos a Pagar	77.160	73.309
	<u><b>77.160</b></u>	<u><b>73.309</b></u>

Com o pedido de Concordata Preventiva/ Recuperação Judicial, parte substancial dos credores de Arapuã International habilitaram seus créditos diretamente em Lojas Arapuã S/A.

O saldo remanescente foi habilitado pela Arapuã International no processo de concordata e desde então passou a ser atualizados pelo INPC+12% de juros ao ano.

**12. Debêntures**

As debêntures correspondem a duas emissões, com as seguintes características em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	<u>1ª emissão</u>		<u>3ª emissão</u>
	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>Série única</u>
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.944,77	R\$2.846,25	R\$17.801,77
Quantidade	29.711	43.797	9.218
	R\$ 87.493	R\$ 124.657	R\$ 164.097
<b>Total</b>			<u><b>R\$ 376.247</b></u>
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

**Notas Explicativas**

	<b>1ª emissão</b>		<b>3ª emissão</b>
	<b>1ª série</b>	<b>2ª série</b>	<b>Série única</b>
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
	R\$ 85.986	R\$ 122.512	R\$ 161.272
<b>Total</b>			<b>R\$ 369.770</b>
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

As debêntures foram emitidas por Feniciapar S/A e são garantidas pelos seus direitos creditórios, os quais, por sua vez, são garantidos pelas Lojas Arapuã S.A. As referidas debêntures foram consideradas antecipadamente vencidas. A segunda emissão de debêntures não foi concretizada.

**13. Obrigações com credores quirografários**

	<b>CONTROLADORA</b>			<b>CONSOLIDADO</b>		
	<b>31/03/2015</b>	<b>movimentação</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/03/2015</b>	<b>movimentação</b>	<b>31/12/2014</b>
Fornecedores mercadorias	3.496.042	(90)	3.496.132	3.496.042	(90)	3.496.132
Fornecedores no exterior	15.753	-	15.753	15.753	-	15.753
Debêntures	748.607	-	748.607	748.607	-	748.607
Financiamento no País - Capital de Giro	288.474	-	288.474	288.474	-	288.474
C.P.E - Companhia de Propósitos Específicos	1.910.096	-	1.910.096	1.910.096	-	1.910.096
Outras contas à pagar	2.565	-	2.565	2.565	-	2.565
	<b>6.461.537</b>	<b>(90)</b>	<b>6.461.627</b>	<b>6.461.537</b>	<b>(90)</b>	<b>6.461.627</b>

## Notas Explicativas

### Fornecedores de mercadoria com partes relacionadas

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/03/2015	movimentação	31/12/2014	31/03/2015	movimentação	31/12/2014
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	1.507	90	1.417	1.614	197	1.417
	<b>1.507</b>	<b>90</b>	<b>1.417</b>	<b>1.614</b>	<b>197</b>	<b>1.417</b>

Desde de 22 de junho de 1998 e até 31 de dezembro de 2013, os créditos quirografários estiveram sujeitos à atualização monetária conforme a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescidos de juros de 12% ao ano. A partir do exercício de 2014, considerando os termos do plano de recuperação judicial, aprovados na Assembleia de credores em 16 de dezembro de 2011, o qual foi homologado na Justiça, a Administração da Companhia deixou de fazer a referida atualização monetária.

Contudo, considerando que tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contestando o não processamento de recurso movido por um dos credores da Companhia, a Administração da Companhia optou por não efetuar o ajuste dos passivos quirografários. A Administração da Companhia efetuará o referido ajuste contábil somente quando não houver mais qualquer recurso em processamento na Justiça contestando os termos do plano de recuperação judicial.

Os valores relativos às obrigações decorrentes de cessão de direitos creditórios a terceiros não estão inclusos no montante de créditos quirografários. Isso ocorre em virtude de as referidas obrigações serem passíveis de liquidação, a qualquer tempo, após o recebimento das prestações devidas pelo devedor original.

**Notas Explicativas****14. Obrigações fiscais e tributárias**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Cofins	-	-	-	-
Pis	-	-	-	-
ICMS - parcelado	695	742	2.353	2.331
ICMS	23.537	22.855	79.965	77.679
ISS	-	-	59	68
IRRF	37	39	159	225
IPTU	-	-	175	-
IR Euronotes	-	-	7.874	6.429
INSS - Retido	72	72	72	72
Outras Obrigações	1	3	8	66
REFIS	97.199	96.652	129.114	128.700
	<b>121.541</b>	<b>120.363</b>	<b>219.779</b>	<b>215.570</b>
Circulante	24.342	23.711	90.665	86.870
Não Circulante	97.199	96.652	129.114	128.700

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, de modo a regularizar seus débitos tributários e previdenciários, inclusive os parcelados, consolidando estes débitos em 13 de abril de 2000, através da entrega da declaração. Conforme Portaria 106, de 12 de Abril de 2002, o referido débito foi homologado pelo comitê gestor do REFIS, o qual está sendo recolhido regularmente desde 08 de Maio de 2000 e atualizado pela TJLP.

Em 04 de novembro de 2005, através da Portaria CG/REFIS nº 1.140 a Companhia foi excluída do Programa de Recuperação Judicial.

Visando restabelecer o parcelamento foi proposta, em agosto de 2.007, Ação Anulatória que tramita junto à 12ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, procedimento nº2.007.61.00.023183-2. Sentença proferida em 24 de novembro de 2010 julgado improcedente a ação.

Em 07 de janeiro de 2011 foi interposto recurso de apelação. A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal – 3ª região negou provimento a apelação, por maioria de votos.

Em 25 de novembro de 2013 foi interposto recurso especial e extraordinário com pedido de efeito suspensivo ativo. Aguardamos o exame de admissibilidade e processamento dos recursos especial e extraordinário.

- Base de cálculo das parcelas: 1,2% do faturamento bruto;

- Estimativa da quantidade de anos para liquidação do REFIS: aproximadamente 30.065 anos;

- Total do valor a pagar do REFIS em 31 de março de 2015: R\$ 97.199.



## Notas Explicativas

- Valor presente da dívida em 31 de março de 2015: R\$ 115;
- Taxa de desconto utilizado para o cálculo do valor presente: 2,81% ao ano (CDI)

Os efeitos da exclusão da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal – Refis estão devidamente registrados nas demonstrações contábeis na rubrica Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.

- (b) Refere-se a valores em aberto de ICMS que a Companhia está discutindo na esfera administrativa e judicial.

### 15. Salários e obrigações sociais

	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
INSS sobre folha de pagamento	9.995	10.130
FGTS	1.164	1.189
Provisão para férias e encargos	811	904
Provisão 13º Salários e encargos	170	-
Ordenados e Salários	334	463
Pró Labore	27	27
Rescisão Contratual de Funcionários	61	65
Outros encargos sociais	25	16
	<b>12.587</b>	<b>12.794</b>

### 16. Provisão para passivo a descoberto em investidas

A provisão está sendo constituída proporcionalmente a participação nas investidas.

<b>Investidas</b>	<b>31/03/2015</b>	<b>Movimentação</b>	<b>Variação</b>	<b>31/12/2014</b>
			<b>Cambial</b>	
Novelty Modas S/A	(686.262)	(8.131)	-	(678.131)
Feniciapar S/A	(436.395)	(17.162)	-	(419.233)
Arapuã International Invest Corp.	(81.867)	11.382	(16.042)	(77.207)
Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(1.708)	(58)	-	(1.650)
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(1.783)	(56)	-	(1.727)
	<b>(1.208.015)</b>	<b>(14.025)</b>	<b>(16.042)</b>	<b>(1.177.948)</b>

**Notas Explicativas****Informação das investidas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

	<b>NOVELTY MODAS S/A</b>	<b>BANTAN ADM. CRÉD. COBR.</b>	<b>SAMARO ADM. CRÉD. COBR.</b>	<b>FENICIAPAR S/A</b>	<b>ARAPUÃ INTERNATIONAL</b>
<b>ATIVO</b>	<b>14.705</b>	<b>204.531</b>	<b>12.984</b>	<b>15</b>	<b>4</b>
. Circulante	7.743	27	26	15	-
. Não Circulante	6.962	204.504	12.958	-	4
<b>PASSIVO</b>	<b>14.705</b>	<b>204.531</b>	<b>12.984</b>	<b>15</b>	<b>4</b>
. Circulante	81.272	211	255	435.711	77.160
. Não Circulante	660.380	206.028	14.513	784	4.713
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(726.947)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.784)</b>	<b>(436.480)</b>	<b>(81.869)</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>(8.131)</b>	<b>(58)</b>	<b>(56)</b>	<b>(17.162)</b>	<b>11.382</b>
	<b>NOVELTY MODAS S/A</b>	<b>BANTAN ADM. CRÉD. COBR.</b>	<b>SAMARO ADM. CRÉD. COBR.</b>	<b>FENICIAPAR S/A</b>	<b>ARAPUÃ INTERNATIONAL</b>
<b>ATIVO</b>	<b>19.178</b>	<b>204.567</b>	<b>12.988</b>	<b>24</b>	<b>3</b>
. Circulante	12.054	34	27	24	-
. Não Circulante	7.124	204.533	12.961	-	3
<b>PASSIVO</b>	<b>19.178</b>	<b>204.567</b>	<b>12.988</b>	<b>24</b>	<b>3</b>
. Circulante	85.171	167	203	418.555	73.309
. Não Circulante	652.823	206.050	14.512	787	3.902
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(718.816)</b>	<b>(1.650)</b>	<b>(1.727)</b>	<b>(419.318)</b>	<b>(77.208)</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>3.407</b>	<b>(181)</b>	<b>(100)</b>	<b>(32.630)</b>	<b>1.801</b>

## Notas Explicativas

### 17. Partes relacionadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<b>Passivo Circulante - Dívida Quirográfica</b>				
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	1.507	1.417	1.507	1.417
	<b>1.507</b>	<b>1.417</b>	<b>1.507</b>	<b>1.417</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Arapuã International Investment Corp Finance	4.713	3.902	-	-
Bantan Serviços de Administração de Créditos e Cobranças Ltda	204.137	204.169	-	-
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	12.331	12.331	-	-
Novelty Modas S/A - aluguel	1.853	1.853	-	-
Novelty Modas S/A - mútuo	40.685	40.685	-	-
Novelty Modas S/A - recuperação judicial	665	116	-	-
Provisão para perdas com créditos em controladas	(249.600)	(248.789)	(208.915)	(208.104)
Feniciapar S/A	107	107	-	-
Fenícia Serviços e Participações Ltda	-	-	100	100
Fenícia Administração e Cobranças Ltda	-	-	328	307
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	2.467	1.394	-	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	6.962	6.606
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	204.232	204.232
	<b>17.358</b>	<b>15.768</b>	<b>2.707</b>	<b>3.141</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	12.106	12.107
Monções Administração de Bens Imóveis Ltda	-	-	943	1.146
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	144	144	212	213
FL. Fomento Mercantil S/A	-	-	46	46
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	497	433
Fenícia Participações e Comércio Ltda	-	-	7	7
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	-	-	-	-
	<b>144</b>	<b>144</b>	<b>13.811</b>	<b>13.952</b>
<b>Resultado</b>				
<b>Receitas de Serviços</b>				
Novelty Modas S/A	12	12	-	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	2	2
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	-	1
	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Receitas de Aluguel</b>				
Novelty Modas S/A	<b>619</b>	<b>633</b>	-	-
<b>Receitas de Mútuo</b>				
Novelty Modas S/A	-	138	-	-
		<b>138</b>		
<b>Despesas com Serviços</b>				
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	3	7	-	-
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	-	1	-	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	2	2
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	-	1
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	-	-
	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

## Notas Explicativas

### **Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda.**

Crédito quirografário no valor R\$ 1.507 (R\$ 1.417 em 2014) a quitação está sujeita a aprovação do plano de Recuperação Judicial apresentado em 03/11/2010 e publicado em 28/02/2011 conforme demonstrado nota explicativa nº 13.

### **Arapuã Internacional Investment Corp.**

Em 31/03/2015 a companhia possuía valores a receber da controlada Arapuã International Investment Corp. no montante de R\$ 4.713 (R\$ 3.902 em 2014) referente a saldo de contrato de mutuo celebrado em 01 de janeiro de 1997 com vencimento em 31 de dezembro de 1997 com previsão de atualização pela variação cambial.

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e a Arapuã International Investment. Corporation Finance não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidar a obrigação, a Companhia, por questão de prudência, constituiu uma provisão para perdas no mesmo valor.

### **Bantan Serviços de Administração Crédito e Cobrança Ltda**

Em 31/03/2015 a companhia possuía valores a receber da empresa controlada Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 204.137 (R\$ 204.169 em 2014) referente a saldo de contrato de mútuo celebrado em 30 de abril de 1998 com vencimento em até 24 meses da data de sua emissão, com previsão de atualização pela variação do IGPM acrescido de juros de 1% ao mês.

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidação da obrigação, a Companhia, por questão de prudência, deixou de atualizar o saldo e uma provisão para perdas foi constituída no mesmo valor.

### **Simeira Comércio e Indústria Ltda. (controladora de Lojas Arapuã S.A.)**

Baseado no Plano de Recuperação Judicial indicado na Nota Explicativa nº 1, a Simeira Comércio e Indústria Ltda., controladora indireta de Bantan Serviços de Administração de Credito e Cobrança Ltda. possui dívida, em 31/03/2015, para com esta, no montante de R\$ 203.948 e (R\$ 203.948 em 2014). Essa dívida de Simeira Comércio e Indústria Ltda. para com Bantan Serviços de Administração de Credito e Cobrança Ltda. poderá ser futuramente quitada via recebimento de dividendos e/ou outra solução legítimas de mercado.

### **Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda**

Valores a receber em 31/03/2015 de R\$ 12.331 (R\$ 12.331 em 2014), decorrentes de serviços prestados por Lojas Arapuã S/A – em recuperação judicial, conforme contrato firmado em 31/05/2012, com vencimento indeterminado e sem previsão de atualização dos saldos em aberto.

## Notas Explicativas

### Novelty Modas S/A – Aluguel

Créditos a receber em 31/03/2015 no valor de R\$ 1.853 R\$ (R\$ 1.853 em 2014) decorrente do Acordo de Operação de Pontos Comerciais e uso de Imóveis, conforme contrato firmado em 30 de abril de 1999, que estabelece que Novelty Modas S/A pagará para Lojas Arapuã S/A - em Recuperação Judicial, mensalmente, todos os custos incorridos por força do estabelecido nos contratos de locação dos imóveis nos quais Novelty Modas S/A explora suas atividades comerciais. O referido contrato tem prazo igual aos contratos de locação celebrados.

As receitas de alugueres têm como origem o referido Acordo de Operação de Pontos Comerciais para uso de Imóveis firmado entre Novelty Modas S/A e Lojas Arapuã S/A – em recuperação judicial conforme explicitado no parágrafo anterior totalizando em 31/03/2015 o montante de R\$ 619 (R\$ 633 em 31 de março de 2014).

### Novelty Modas S/A – mútuo

Em 31/03/2015 a companhia possuía valores a receber da controlada Novelty Modas S/A no montante de R\$ 40.685 (R\$ 40.685 em 2014) referente a saldo de contrato de mutuo celebrado em 20/09/2002, aditivos em 02/01/2008 e 01/12/2012, com vencimento em 31/01/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Considerando que a controlada Novelty Modas S/A não está gerando recursos, em suas operações, suficientes para amortizar a referida obrigação, a Controladora decidiu constituir uma provisão para perdas no mesmo valor do crédito.

### Provisão para perdas com créditos em controladas

Controladas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Bantan Serviços Adm. de Créd. e Cobr. Ltda	204.202	204.202	204.202	204.202
Novelty Modas S/A	40.685	40.685	-	-
Arapuã International Invest. Corp.	4.713	3.902	4.713	3.902
	<b>249.600</b>	<b>248.789</b>	<b>208.915</b>	<b>208.104</b>

Os demais valores referem-se a contratos de mútuo com vencimentos diversos entre 31/12/2014 e 31/12/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

## Notas Explicativas

### 18. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

#### Controladora

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, na controladora, no montante de R\$ 174.930 (R\$ 174.927 em 31 de dezembro de 2014) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 34.543, como possível perda (R\$ 34.543 em 31 de dezembro de 2014).

#### Consolidado

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, no montante de R\$ 743.201 (R\$ 740.952 em 31 de dezembro de 2014) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 285.414, como possível perda (R\$ 285.414 em 31 de dezembro de 2014).

#### 18.1. Provisões

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Tributárias	143.717	143.717	698.796	696.546
Trabalhistas	29.129	29.129	40.900	40.898
Civil	2.084	2.081	3.505	3.508
<b>Saldo Final</b>	<b>174.930</b>	<b>174.927</b>	<b>743.201</b>	<b>740.952</b>

#### 18.2. Classificação para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

TRIBUTÁRIAS	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS	71.564	18.518	90.082	455.383	52.103	507.486
COFINS	35.833	748	36.581	150.249	94.572	244.821
PIS	12.522	3.421	15.943	28.416	35.186	63.602
INSS	11.321	9.382	20.703	11.379	68.199	79.578
CSLL	1.506	-	1.506	9.506	25.879	35.385
FGTS	-	-	-	9.691	-	9.691
OUTROS	10.971	2.474	13.445	34.172	2.704	36.876
	<b>143.717</b>	<b>34.543</b>	<b>178.260</b>	<b>698.796</b>	<b>278.643</b>	<b>977.439</b>
<b>CÍVEIS</b>	2.084	5.180	7.264	3.505	6.404	9.909
<b>TRABALHISTA</b>	29.129	27	29.156	40.900	367	41.267
	<b>174.930</b>	<b>39.750</b>	<b>214.680</b>	<b>743.201</b>	<b>285.414</b>	<b>1.028.615</b>

**Notas Explicativas****18.3.Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Na controladora:

**CONTROLADORA**

<b>Saldos</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Encargos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/03/2015</b>
Tributárias	143.717	-	-	-	-	143.717
Trabalhistas	29.129	-	-	-	-	29.129
Cíveis	2.081		3	-	-	2.084
	<b>174.927</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>174.930</b>

**CONSOLIDADO**

<b>Saldos</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Encargos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/03/2015</b>
Tributárias	696.547	1.341	908	-	-	698.796
Trabalhistas	40.899	-	-	-	-	40.899
Cíveis	3.506			-	-	3.506
	<b>740.952</b>	<b>1.341</b>	<b>908</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>743.201</b>

Como sucessora da Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda., a Lojas Arapuã S/A. tem a responsabilidade sobre as contingências de ordem trabalhista, previdenciária, comercial e civil. Existe termo formal de assunção de responsabilidades, sem limite de tempo e valor entre a Companhia e sua antecessora, no sentido de que todas as contingências que venham a se materializar por fatos ocorridos até 31 de Dezembro de 1994 serão de exclusiva responsabilidade da sucessora.

A controlada Novelty Modas S/A. possui processos em andamento em diversos Estados da Federação, que visam à restituição do ICMS recolhido sobre os acréscimos financeiros decorrentes de vendas financiadas. O montante total dos correspondentes créditos, levantados pelos assessores jurídicos da Companhia, líquido dos valores já compensados até 31 de março de 2015, é de R\$ 147.269 (R\$ 146.951 em 31 de dezembro de 2014). Esses créditos não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais ou consolidados da Companhia.

## Notas Explicativas

### 19. Capital social

O Capital Social autorizado é de até R\$ 600.000. O Capital Subscrito, integralizado e atualizado é de R\$ 268.100 por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015 e 31/12/2014		31/03/2015 e 31/12/2014	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Ações Ordinárias	16.083.215.114	52,01	16.083.215.114	52,01
Ações Preferenciais	14.842.441.564	47,99	14.842.441.564	47,99
	30.925.656.678	100,00	30.925.656.678	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital.

A Companhia tem aprovado programa de Depositary Receipts tipo “DR”, abrangendo ações preferenciais, havendo distribuição no exterior de acordo com a regra 144-A e regulamentação “S” da SEC. O banco emissor dos “GDRS” é o Citibank N.A e o banco custodiante é o Banco Itaú S.A. A proporção de 1 “GDR” corresponde a 1.000 ações preferenciais escriturais.

Em 13 de Dezembro de 1996, a “Securities and Exchange Commission” (SEC) aprovou a inclusão das Lojas Arapuã S.A na lista dos emissores privados estrangeiros a operarem segundo a regra 12g3-2(b) do “Securities Exchange Act of 1934”, Nível I.

Entretanto, tendo em vista o evento da Concordata/ Recuperação Judicial da Companhia, as negociações de suas ações e dos GDRS nas bolsas de valores locais e estrangeiras foram suspensas.

### 20. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício pela quantidade de ações ordinárias em circulação. A companhia possui apenas uma categoria de ação ordinária.



## Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Numerador	16.083.215	16.083.215	16.083.215	16.083.215
Lucro (Prejuízo) do período	(8.131)	111.041	(8.131)	111.041
Denominador	(0,0005)	0,007	(0,0005)	0,007
Média ponderada de ações em circulação	-	-	-	-
Prejuízo diluído por ação R\$	<u>(0,0005)</u>	<u>0,007</u>	<u>(0,0005)</u>	<u>0,007</u>

A companhia não possui contratos ou operações de opção envolvendo suas ações que pudessem impactar a mensuração do resultado por ação.

### 21. Ações em tesouraria

Existem 509.487.630 ações preferenciais, sendo 259.487.630 ações recebidas em doação do acionista Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda. e 250.000.000 ações adquiridas no exercício de 1997, conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 06 de Maio de 1997. As ações em tesouraria mantêm-se registradas pelo valor de mercado na data em que ocorreu a transação, no montante de R\$ 4.790.

### 22. Ajuste de avaliação patrimonial

A administração de Lojas Arapuã S/A e suas controladas optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do custo atribuído (“deemedcost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10 somente para os edifícios e terrenos. Com base na análise realizada pela administração para os demais itens registrados no imobilizado, representados substancialmente por equipamentos de informática, móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens, e, portanto, não se aplica a prática de custo atribuído. Os valores atribuídos aos terrenos e edifícios foram contabilizados em 01/01/2010 pelos seus valores justos estimados em laudos de avaliação.

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/03/2015	31/12/2014
Terrenos	15.319	15.319
Edifícios	10.060	10.060
	<u><b>25.379</b></u>	<u><b>25.379</b></u>
Realização do Ajuste Acumulado	<u>(15.550)</u>	<u>(14.954)</u>
Saldos	<u><b>9.829</b></u>	<u><b>10.425</b></u>

**Notas Explicativas****23. Aluguéis****A receber**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Menos de um ano	221	244	221	244
	<b>221</b>	<b>244</b>	<b>221</b>	<b>244</b>

**A pagar**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Menos de um ano	1.831	1.835	2.069	2.009
	<b>1.831</b>	<b>1.835</b>	<b>2.069</b>	<b>2.009</b>

**24. Receitas**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita Bruta				
Mercadorias	-	-	11.747	10.176
Serviços	12	12	3	3
Aluguel	1.066	1.661	447	1.028
Devoluções	-	-	(733)	(547)
	<b>1.078</b>	<b>1.673</b>	<b>11.464</b>	<b>10.660</b>
Impostos Inc. s/ Vendas e Serviços	(100)	(155)	(2.074)	(2.079)
Receita Líquida	<b>978</b>	<b>1.518</b>	<b>9.390</b>	<b>8.581</b>

## Notas Explicativas

### 25. Despesas administrativas e gerais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	(1.747)	-	(3.487)	(970)
Aluguel	(604)	(603)	(812)	(650)
Serviços Profissionais	(200)	(192)	(952)	(921)
Tributos e Contribuições	(7)	(17)	(160)	(92)
Depreciações /Amortizações	(72)	(189)	(278)	(294)
Outras	(4)	-	(208)	(175)
	<u>(2.634)</u>	<u>(1.001)</u>	<u>(5.897)</u>	<u>(3.102)</u>
<b>Provisões:</b>				
Contingências Fiscais	-	-	(2.249)	(3.521)
Contingências Trabalhistas	-	-	307	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.942)</u>	<u>(3.521)</u>
	<u><b>(2.634)</b></u>	<u><b>(1.001)</b></u>	<u><b>(7.839)</b></u>	<u><b>(6.623)</b></u>

### 26. Despesas comerciais

	CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	(2.215)	(1.642)
Aluguel	(608)	(419)
Marketing	(158)	(173)
Serviços Profissionais	(135)	(97)
Utilidades e Serviços	(112)	(42)
Tributos e Contribuições	(50)	(84)
Despesas Gerais	(254)	(169)
	<u><b>(3.532)</b></u>	<u><b>(2.626)</b></u>

### 27. Despesas financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Encargos da Concordata	-	(206.423)	-	(206.423)
Variação Monetária	-	-	(2.436)	-
Juros	(700)	(593)	(326)	(17.219)
Atualização Debêntures	-	-	(6.477)	(5.937)
Variação Cambial Líquida	-	-	701	1.340
Encargos Refis - Lei 11.941/2009	(561)	(509)	(868)	(1.249)
Outras	-	(11)	(278)	(604)
	<u><b>(1.261)</b></u>	<u><b>(207.536)</b></u>	<u><b>(9.684)</b></u>	<u><b>(230.092)</b></u>

## Notas Explicativas

### 28. Receitas financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Mútuo	-	76	-	76
Aplicações Financeiras	-	-	-	7
Variação Monetária	-	-	-	1.063
Juros	1	1	4	4
	<u>1</u>	<u>77</u>	<u>4</u>	<u>1.150</u>

### 29. Remuneração da administração

Os administradores da controlada Novelty Modas S/A receberam, até 31/03/2015, o montante de R\$ 109 mil.

### 30. Compromissos

A Companhia mantém com as entidades financeiras cessionárias a responsabilidade pelo ressarcimento das contas a receber cedidas e não recebidas até a data do vencimento. Em 31 de março de 2015 a responsabilidade pelos créditos em aberto monta R\$ 134.000 na controladora (R\$ 134.000 em 31 de dezembro de 2014). Deste montante, a Companhia está coobrigada por financiamentos obtidos por seus clientes com a empresa ligada em R\$ 121.124(R\$ 121.124 em 31 de dezembro de 2014).

### 31. Debêntures públicas

Conforme escritura de 08 de Maio de 1997, a Lojas Arapuã S/A emitiu com data base de 01 de Abril de 1997, 100.000 debêntures nominiais escriturais ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conversíveis em ações preferenciais, com vencimento para 01 de Abril de 2000, sendo vedado o resgate antecipado.

As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas e serão remuneradas pela variação acumulada das taxas de depósitos bancários a prazo, divulgado pela ANBID, acrescida de um “spread”, a título de prêmio de 1% ao ano. As debêntures poderão ser convertidas em ações a qualquer tempo, à opção de seus titulares. Os respectivos títulos foram considerados créditos quirografários, conforme nota explicativa nº 13.

### 32. Seguros

A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### **33. Instrumentos financeiros**

A Companhia não possui instrumentos financeiros (ativos ou passivos) mensurados ao valor justo contra o resultado e não operou com instrumentos financeiros derivativos no trimestre findo em 31/03/2015 e no ano de 2014.

#### **Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo, são registrados pelo custo histórico pelo método do custo amortizado. A Companhia possui como principais ativos financeiros classificados nesta categoria o seu:

- (i) Contas a receber de clientes - (vide nota explicativa nº 5); e
- (ii) Outros valores a receber.

#### **Passivos financeiros não mensurados pelo valor justo**

São aqueles para os quais a Companhia decidiu não mensurar seu valor justo e sim utilizar o método de custo amortizado. Os principais ativos e passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- (i) fornecedores; e
- (ii) valores a pagar para empresas relacionadas (vide nota explicativa nº 17).

Os valores justos dos instrumentos financeiros mencionados acima em 31 de março de 2015 e dezembro de 2014 não se diferenciam de forma relevante dos respectivos valores contábeis.

As operações da Companhia que estão sujeitas aos fatores de riscos encontram-se abaixo descritas:

#### **Risco de crédito**

A Companhia e suas controladas realizam seus direitos por vendas, em sua maioria, por recebimentos “à vista” ou por meio de operadoras de cartões de crédito e débito, o que reduz significativamente seu risco de crédito.

#### **Risco de juros**

A Companhia não possui aplicações financeiras ou recursos captados com instituições financeiras, sendo o risco de exposição aos juros diretamente ligados aos valores a pagar para empresas ligadas, os quais são atualizados conforme os dispositivos dos contratos de mútuo firmados entre as partes e atualização de suas obrigações tributárias provisionadas e não recolhidas, as quais são realizadas em conformidade com a legislação vigente.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos:

Acionistas e Administradores da

Lojas Arapuá S.A.

São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Lojas Arapuá S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia obteve, em 1998, o benefício legal da concordata preventiva. Diversos desdobramentos judiciais ocorreram ao longo da década de 2000 em virtude das contestações ao plano da concordata por parte de alguns credores, bem como do pedido de falência impetrado por esses credores. Em 2009, Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial e, em 16 de dezembro de 2011, foi aprovado, em Assembleia de credores, por maioria, o plano de recuperação judicial das Lojas Arapuá S.A., o qual foi homologado na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Um dos credores ingressou na Justiça com recurso contestando os termos deste acordo e teve seu recurso negado. Atualmente tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido pelo referido credor. Em 31 de março de 2015, a Companhia apresentava uma situação financeira e patrimonial deficitária, inclusive com passivo a descoberto, gerando dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes às contas de ativo e passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das suas operações. Essas demonstrações contábeis também não contemplam os ajustes contábeis que decorrem dos termos do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de 16 de dezembro de 2011, uma vez que transita na justiça recurso contestando os termos do acordo.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2015.

Marcos Venicio Sanches

Contador CRC 1SP-218.030/O-9

TG&C Auditores Independentes

CRC2SP-031.693/O-9

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em conformidade com o inciso VI do art. 25 da IN nº 480 de 07 de Dezembro de 2.009, com redação dada pela instrução CVM 520/12, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da companhia, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2.015.

São Paulo, 08 de Maio de 2.015.



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Em conformidade com o inciso V do art. 25 da IN nº 480 de 07 de Dezembro de 2.009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, referente ao encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2.015.

São Paulo, 08 de maio de 2.015.